

ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO NA MESORREGIÃO SUDESTE DA PARANÁ¹

Claudia Maria Petchak ²

RESUMO

O presente artigo tem a finalidade de apresentar uma pesquisa com o objetivo de coletar dados e apontar reflexões sobre a alfabetização na perspectiva inclusiva, com o intuito de ser um instrumento de informação com a publicização de dados e a possibilidade de desenvolvimento de conhecimento e futuras pesquisas que ultrapassem o meio acadêmico, tendo como eixos: o trabalho coletivo, a sistematização de conhecimentos e os múltiplos olhares para a realidade em questão. Neste sentido, a problemática que sustentará as ações é: a alfabetização na mesorregião do Paraná têm se consolidado na perspectiva inclusiva? Diante dessa questão norteadora, o objetivo do projeto é investigar sobre a alfabetização com foco na inclusão. A metodologia será quanti-qualitativa e exploratória, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e a análise dos dados que terá como método a Análise de Conteúdo. A pesquisa está em andamento e, no momento, encontra-se na fase dos estudos bibliográficos, e que será apresentado um recorte deste estudo, bem como a coleta de dados junto às secretarias municipais de educação.

Palavras-chave: Alfabetização. Inclusão. Mesorregião Sudeste do Paraná.

INTRODUÇÃO

A questão da alfabetização sempre esteve e ainda se faz presente nas agendas políticas, pois os indicadores apontam que a taxa de analfabetismo é um problema ainda não resolvido, em pleno século XXI, visto nos índices atuais, quais sejam, 5,4%, em 2022, 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação (Pnda), divulgada em 2023.

Quando se trata da alfabetização na perspectiva inclusiva, as questões são mais alarmantes, principalmente quando se considera que há um distanciamento entre o legal e o real em relação à inclusão, mesmo amparada por políticas públicas, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. Estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, apontam que a taxa de analfabetismo para as pessoas com

¹ Irati, Porto Vitória, União da Vitória, Prudentópolis, São Mateus, Imbituva, Cruz Machado, Bituruna, Rio Azul, Ipiranga, São João do Triunfo, Rebouças, Ivaí, General Carneiro, Mallet, Teixeira Soares, Guamiranga, Antonio Olinto, Paulo Frontin, Paula Freitas, Fernandes Pinheiro.

² Claudia Maria Petchak, Pós – Doutora em Educação, professora adjunta da UNESPAR – Campus de União da Vitória, no Curso de Pedagogia, professora permanente do PROFEI, vice – líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práxis Educativa (GEPPRAX- UNESPAR-UV). E-mail: aecmari@gmail.com



deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1% . De acordo com a Agência Brasil, mais da metade das escolas públicas de ensino fundamental e médio no país não é adequada para crianças e jovens com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, reafirma no artigo Art. 32, inciso 1, que o ensino fundamental, terá por objetivo a formação básica, mediante “ [...] o desenvolvimento a capacidade de aprender tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; [...]” (BRASIL, 1996). Essa lei apresenta uma expressão mais enfática que trata da apropriação da língua escrita, o “pleno domínio”, ou seja, o ensino fundamental tem por objetivo a formação básica, ou melhor, o essencial, o primordial, o elementar. Neste sentido que o projeto problematiza: a alfabetização na mesorregião do Paraná têm se consolidado na perspectiva inclusiva?

Diante dessa questão norteadora, o objetivo do projeto será investigar a alfabetização com foco na inclusão. A metodologia será quanti-qualitativa e exploratória, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e a análise dos dados que terá como método a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Pretende-se, com esse projeto, a constituição de um espaço colaborativo de pesquisa, reflexão, produção e disseminação de conhecimento na área de alfabetização e inclusão, bem como denunciar as fragilidades.

METODOLOGIA

Esta pesquisa será de cunho quanti- qualitativo, de caráter exploratório com a finalidade de esclarecer, discutir e transformar conceitos. Sobre a discussão da primazia entre pesquisas qualitativas ou quantitativas retomamos Gramsci (1995, p. 50), quando aponta que

Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável. (grifos do autor).

Sob esse viés, na pesquisa, a relação entre qualidade e quantidade estão sempre presentes, o que não é possível desvincular, pois “[...] o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (Minayo; Sanches, 1993, p. 247).



Os procedimentos metodológicos serão a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica será feita a partir de grupos de estudos com leituras que possibilitem um aprofundamento nas seguintes temáticas: políticas públicas educacionais, alfabetização (em seus diferentes aspectos) e inclusão para fornecer uma base para a pesquisa documental que será feita em diferentes frentes que proporcionam indicadores como Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Portal de transparência de Prefeituras tendo como recorte temporal o ano de 2017, a partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular, uma política pública para a educação do país. A pesquisa de campo será realizada por meio de questionários, entrevistas e grupos focais, tendo como sujeitos os atores sociais responsáveis pela implementação das políticas públicas para alfabetização e inclusão, professores e gestores escolares.³

Para a análise de dados será utilizada a Análise de Conteúdo, de Bardin (1977) que aponta ser:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42).

Conforme Bardin, as fases para análise serão: pré análise, exploração do material e tratamento de resultados e interpretações. É importante salientar que a metodologia supracitada será também foco de estudos para enriquecimento da pesquisa e para uma análise que ultrapasse a ideia de manual e descrição de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa apresentada neste texto, encontra-se na fase dos estudos do referencial teórico, o qual será apresentado um recorte na sequência.

Uma das questões necessárias a qualquer discussão que trata da alfabetização numa perspectiva inclusiva é debater sobre as políticas públicas. Para tanto, é importante apontar que se parte do pressuposto que política pública “[...] é uma diretriz elaborada para

³ Aprovado no Comitê de Ética, parecer 7.293.024 em 13/12/2024.



enfrentar um problema público [...], possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público (Secchi; Coelho; Pires, 2023, p. 2).

A Educação Inclusiva parte do princípio de que a educação é um direito de todas as pessoas, pautada na ideia de uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos e alunas, a partir de práticas que dispersem as barreiras que impedem a aprendizagem e valorizem as diferenças e a diversidade social e cultural, a partir de um diálogo intercultural. (Uchôa, Chacon, 2022, p.05). Muito embora ainda seja atrelada apenas à educação especial, se refere a todas e todos que são excluídos do processo de ensino e aprendizagem e a quem não foi garantido o direito subjetivo de educação.

Neste sentido, inclusão envolve a garantia do direito primordial prescrito na Constituição Federal, em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988, p. 153). Nesse viés, defende-se a representatividade de todos no espaço escolar, independentemente de sua condição física, financeira, de raça e de gênero, abrindo-se a toda a diversidade.

A necessidade premente de discutir sobre as políticas públicas para a inclusão vem se consolidando e concretizando tanto na política internacional, a exemplo a Declaração de Salamanca (1994), como nacional com a Lei Diretrizes da Educação Nacional (1996) e a Lei Nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Observa-se que nos aspectos legais, resultados de muitas lutas sociais, de embates epistemológicos, políticos, culturais e econômicos, a inclusão tem passado por transformações e porque não dizer evoluções, e que se constituem fundamentais para a conquista de uma sociedade mais justa e equânime. Todavia a questão basilar é a necessidade de colocar os discursos em prática, para além do ideário documental e das discussões no interior das academias.

Muito embora as leis sejam recentes na área educacional, pois remontam do século XX, o que se compreende é que a implementação das mesmas tem um caminho pela frente, e que o movimento histórico e dialético exige reorganizações, porém ao se realmente considerar o gênero humano, independente das diferenças, é fato que não precisaria de legalização. Entretanto, uma sociedade que se move pelo modo de produção capitalista, sob a égide e

manutenção de uma ideologia liberal, com valores como individualidade, meritocracia,



competitividade, sendo essa gênese da exclusão, lutar pelos direitos e regulamentá-los é a forma de que a negligência, o preconceito, a discriminação não sejam empecilhos para a equidade e a democracia, pois “a diversidade é constitutiva do Ser Humano, já as desigual

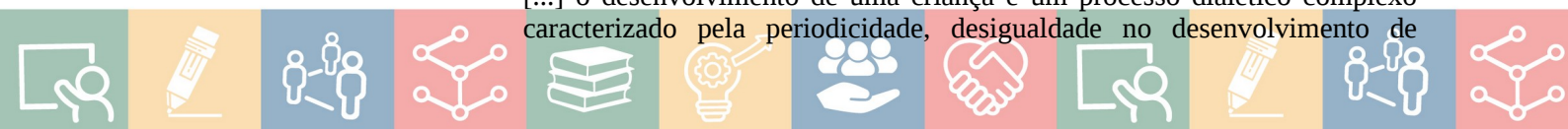
dades, geralmente justificadas em diferenças individuais, sociais e/ou culturais, são condições produzidas historicamente.”(Padilha; Silva, 2020, p. 111)

A partir do exposto, a pesquisa que ora se apresenta, tem como foco a alfabetização, defendendo-a como aquisição de um legado histórico da humanidade e que mesmo sendo convencionado pelo gênero humano, não é de fato, mesmo que legalmente assegurado, um direito adquirido e incluyente. Neste sentido, concebe-se a alfabetização como um movimento dialético, reconhecendo-a como um processo de conservação e transformação, ou melhor, ter o entendimento da transmissão do legado da humanidade, qual seja a escrita, enquanto algo convencionado pelo homem, bem como transformação qualitativa que esse legado fará na criança e conseqüentemente na sociedade. A visão de alfabetização deve superar a questão estritamente técnica, muito embora seja uma questão necessária, mas é imprescindível compreender a funcionalidade do acesso à escrita na sociedade ou para a sociedade, pois

[...] a apropriação da escrita pela criança não se limita à aprendizagem de sons, como simples soletração, mas deve ser compreendida como um processo de aquisição de um complexo sistema de desenvolvimento das funções superiores advindo do percurso histórico cultural da criança. Há de se levar em conta que esse percurso tem início na própria necessidade natural de expressão e comunicação da criança. (Dangiό; Martins, 2015, p.211).

Neste sentido, é preciso considerar a alfabetização “[...] como prática social em que professores e alunos interatuam, assumindo cada qual seu papel.”(Kramer, 2019, p. 247).). Uma vez que a sociedade é grafocêntrica, “[...] o domínio da leitura e da escrita é condição sine qua non para participar da sociedade contemporânea, visto que esta é letrada.” (MARTINS; MARSIGLIA, 2015, p. 01). Defende-se a alfabetização escolar como o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita da língua materna, por meio da sistematização deste conhecimento que envolve aspectos políticos, cognitivos, socioculturais, estéticos e éticos. Corroboramos com Vigostki (1994, p. 97), quando afirma que:

[...] o desenvolvimento de uma criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de



diferentes funções, metamorfoses ou transformações qualitativas de uma forma em outra, imbricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superem os impedimentos que a criança encontra.

Diante disso, a pesquisa Alfabetização na Perspectiva Inclusiva na Mesorregião da Paraná pretende, a partir de estudos, apontar as fragilidades, as potencialidades constituindo-se base para o anúncio para ações que visem uma educação realmente emancipatória, contribuindo para sanar a polarização sobre a concepção de deficiência e o direito à educação (Santos, 2015, p. 15).

Cumpre-se pesquisar, debater e refletir sobre a educação inclusiva e suas implicações quando essa não é acompanhada por medidas efetivas de combate às desigualdades estruturais. Muito embora, defendemos a educação inclusiva como também espaço para a compreensão das diferenças, essa pode resultar em uma inserção precária dos grupos desfavorecidos, distanciando de uma emancipação efetiva. Outrossim, “As lutas em torno da alfabetização e de seus sentidos se estabelecem na relação com fenômenos políticos, culturais, religiosos e escolares mais amplos e com aspectos que são intrínsecos à própria alfabetização, como sua definição em cada tempo e o que vem associado a essa definição.” (Frade, 2019, p. 91).

Por fim, o caminho reflexivo que fundamentará esse projeto origina-se na dialética entre empiria e teoria, ou seja, é um movimento contínuo que se realiza no empírico que ocorre na prática social, gerado pelas experiências vivenciadas em diversos segmentos de debate, e é compreensão teórica, epistemológica e ontológica, pela necessidade de estudar a alfabetização na perspectiva inclusiva, como processo histórico de complexas relações e contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias são as inquietações que permeiam a etapa de alfabetização nos anos iniciais da educação básica, dentre elas a relação entre os aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais, culturais e a concretização da alfabetização em sala de aula, haja vista que é um fenômeno multideterminado.

Garantir os direitos de ensino democrático a todas e todos, a permanência escolar e continuidade dos estudos, é a finalidade da educação inclusiva em todos os espaços e para todas as diversidades. Entretanto, para a promoção da inclusão de forma plena, é necessário



ter claro que não se trata apenas de ações de acessibilidade estruturais, mas sim a promoção e a garantia de condições de vida e de valorização da diversidade.

Diante o exposto, destacamos que as condições sócio econômicas são determinantes no desempenho, por isso defendemos que além de expectativas de aprendizagem é necessário gerar condições para que a educação possa acontecer, o que extrapola os muros escolares e que contemple a integralidade da vida o que inclui: nutrição, atendimento à saúde, ou seja políticas públicas, no seu sentido verdadeiro: o bem governar o que é do povo. Diante disso, defendemos a necessidade de compreender que o que está em jogo na educação também são as questões que extrapolam o processo escolar, daí a necessidade de pesquisas que apontem as fragilidades territoriais.

Dado os apontamentos acima, o resumo apresenta reflexões preliminares de uma pesquisa em andamento e que pretende problematizar as políticas públicas para a alfabetização na perspectiva inclusiva por meio de estudos e discussões que contribuam para a garantia do direito de todas e todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

DANGIÓ, M. dos S.; MARTINS, L. M. A concepção histórico-cultural de alfabetização. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 210–220, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.13214. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13214>. Acesso em: 7 jul. 2023.



FRADE, I. C. A. S. Disputa em torno da alfabetização: quais são os sentidos? *In: Educação contra a barbárie*: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Fernando Cássio (org.). São Paulo: Boitempo, 2019.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARTINS, L. M; MARSIGLIA, A.C.G. **As perspectivas construtivistas e histórico crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas-SP: Autores Associados, 2015.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993

PADILHA, A. M. L.; SILVA, R. H. dos R. Pedagogia histórico-crítica e a educação escolar das pessoas com deficiência. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, n.esp.1, esp.062020, p.103-125, dez. 2020, ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31iesp.1.8291

SANTOS, M. C. D. O Direito à Diferença como Pressuposto Político e Filosófico da Mudança de Concepção da Educação Especial. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.2, n.1, p. 9-22, Jan.-Jun., 2015.

SECHI, L; COELHO, F.S; PIRES, V. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo-SP: Cengage, 2022.

UCHÔA, M.M.R; CHACON, J.A.V. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. **Revista Educação Especial** | v. 35 Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. pela comissão científica.

